



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
TRIBUNAL SUPREMO**

DIRECTIVA N.º 03 /2024

ASSUNTO: Processo de Indulto (Fase de Instrução) para o ano de 2024

Compete ao Chefe de Estado indultar e comutar penas, conforme consagra a Constituição da República no artigo 158, alínea k).

O indulto constitui uma causa de extinção da pena prevista no artigo 156 n.º 1, alínea b), do Código Penal, aprovada pela Lei n.º 24/2019, de 24 de Dezembro.

O indulto é uma das formas de processo previstas no n.º 1 do artigo 214 e regulado nos artigos 274 a 279, todos do Código de Execução de Penas, aprovado pela Lei n.º 26/2019, de 27 de Dezembro.

A data anual da concessão de indulto, pelo Chefe de Estado, é o dia 22 de Dezembro.

Assim, em face da informação prestada pelo Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, com vista a garantir a uniformização da tramitação dos processos de indulto pelos tribunais, na fase de instrução, determino:

1. Do Tribunal Competente:

- a) É competente para receber a proposta de indulto, o Tribunal de Província ou de Distrito da área de jurisdição onde se situa o estabelecimento em que o condenado se encontra a cumprir pena.

- b) No tribunal competente, existindo secções de execução de penas em funcionamento, são estas as competentes para tramitar os processos de indulto.
- c) Onde não existir secção especializada de execução de penas, é competente o juiz da secção criminal para tramitar os processos de indulto.
- d) Compete ao Tribunal Judicial de Província onde se situa o estabelecimento penitenciário regional tramitar os processos de indulto dos condenados que nele se encontrem a cumprir penas.
- e) Mediante proposta dos Juizes Presidentes dos Tribunais Judiciais de Província e autorização do Conselho Superior da Magistratura Judicial, poderão ser affectos juizes para exclusivamente aterem-se à tramitação dos processos de indulto, pelo tempo necessário para a sua conclusão.

2. Da Tramitação e dos Prazos:

- a) Autuado o pedido, quando a proposta de indulto não venha acompanhada de todos os elementos previstos nas várias alíneas do n.º 2 do artigo 276.º do Código de Execução de Penas, será a solicitação feita para que sejam fornecidos no prazo de 48 horas.
- f) Relativamente a cada proposto beneficiário do indulto será organizado um processo.
- g) Obtidos os elementos referidos no n.º 2 do artigo 276.º do Código de Execução de Penas, são os autos continuados com vista ao Ministério Público para que, num prazo não superior a 5 dias, possa emitir logo o seu parecer ou promover outros actos instrutórios.
- h) Nos casos em que o Ministério Público promova outros actos instrutórios, findos estes, serão os autos novamente remetidos ao Ministério Público para parecer, num prazo não superior a 5 dias.



- i) Independentemente da promoção do Ministério Público, o juiz poderá solicitar oficiosamente os esclarecimentos que julgar necessários a quaisquer autoridades ou repartições públicas.
- j) Não havendo lugar a outros actos instrutórios, o juiz emitirá logo o seu parecer sobre a viabilidade do pedido de indulto e ordenará a remessa dos autos ao Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, através do Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP) ou do director do estabelecimento prisional proponente.
- k) Cópias dos pareceres emitidos pelos juízes serão remetidos, pela via mais expedita, incluindo a via electrónica, à Direcção de Informação Judiciária e Estatística do Tribunal Supremo.
- l) Apesar da natureza individual do processo, o juiz poderá emitir parecer único para um grupo de candidatos a indulto que se encontrem na mesma situação jurídica.
- m) A remessa dos autos, com os pareceres dos juízes, ao Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, nos termos referidos na alínea j) da presente Directiva, deverá ocorrer, impreterivelmente, até ao dia 18 de Dezembro de 2024.

Maputo, 27 de Novembro de 2024

O Presidente

Adelino Manuel Muchanga

CC: Procuradora-Geral da República;

Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos;

Director Geral do Serviço Nacional Penitenciário.